

Os BRICS no capitalismo transnacional

WILLIAM ROBINSON

Os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) são países considerados, pelos sistemas mundiais e por vários analistas, como estados ou países semiperiféricos, ou seja, países que ocupam uma posição intermediária entre Estados “Centrais” e Estados Periféricos, no seio duma hierarquia mundial de Estados-nação, e que estão possivelmente a tentar passar para o topo desta hierarquia. Instituído em 2006, o grupo dos BRICS tem realizado cúpulas regulares desde 2009 e atualmente tem exercido influência política e econômica crescente no sistema internacional. Não obstante, a distinção fundamental que pretendemos fazer no âmbito das ciências sociais, extremamente importante para a compreensão do capitalismo global, reside entre os fenômenos superficiais e instrumentos essenciais subjacentes. É preciso partir das dinâmicas superficiais das relações políticas interestatais, a fim de perceber o significado subjacente da dinâmica dos G-7/BRICS. Não daremos maior ênfase às disputas políticas na arena das relações internacionais, pois a relação entre a política e a economia é bastante complexa.

Marxistas latino-americanos enfrentaram inúmeras revoluções populistas de esquerda ao longo da década de 1960 e 1970, à semelhança da revolução de 1968 no Peru, liderada por Juan Velasco Alvarado. Esta representava muito menos em termos de desafios anticapitalistas do que movimentos que pretendiam relações mais modernas entre classes, diante da tenacidade das oligarquias antiquadadas, por vezes semifeudais, e por via disso renovar e libertar o capitalismo e afastá-lo de constrangimentos primitivos, durante seu desenvolvimento.

WILLIAM ROBINSON

Professor de Sociologia da
Universidade da Califórnia
(Santa Bárbara).
wirobins@soc.ucsb.edu

RECEBIDO EM 15 DE MAIO DE 2014

APROVADO EM 17 DE JUNHO DE 2014

Da mesma forma, os BRICS tencionam forçar as elites dos antigos centros do capitalismo mundial a passarem do sistema atual para um capitalismo global mais equilibrado e integrado. Na sequência da crise de 2008, a China propôs, por diversas vezes, não que sua moeda se tornasse a nova moeda mundial, mas que o FMI emitisse uma nova moeda verdadeiramente global, não ligada a nenhum Estado-nação. Tal mudança poderia ajudar a salvar a economia global dos perigos da dependência contínua do dólar americano, um resíduo antigo da era de domínio dos EUA, num sistema mundial de capitalismo nacionais e Estados-nação hegemônicos.

Nas políticas e propostas dos BRICS não há nada que represente uma contradição significativa ao capitalismo global. Pelo contrário, a plataforma dos BRICS pressupõe maior integração ao capitalismo global. A oposição brasileira e do Sul à política de subsídios à agricultura no Norte constituiu uma luta não contra a globalização capitalista, mas precisamente contra uma política que representa obstáculo à própria globalização.

Como evidenciado, a política dos BRICS procurou abrir ainda mais o sistema global para as elites nos seus países respectivos. Alguns desses esforços se chocam com interesses do G-7, porém a proposta dos BRICS podia ampliar e contribuir para a estabilização do capitalismo global e, nesse processo, transnacionalizar os grupos dominantes nesses países. Este não é caso do antigo anticolonialismo e não pode ser explicado no contexto das contradições iniciais entre o Primeiro e o Terceiro Mundo, que não captam cabalmente todas as dinâmicas atuais.

Prashad interpreta mal o protagonismo econômico e político das elites dos BRICS. Mais do que apontar para um confronto polarizado ou interesses antagônicos, este protagonismo tem sido na sua maioria pelo estabelecimento de um capitalismo global mais amplo e equilibrado.

Se não, vejamos: Durante a primeira década do século XXI o Brasil liderou os protestos contra os subsídios agrícolas no Norte, em vários fóruns internacionais. Seu argumento era que tais subsídios prejudicavam injustamente a competitividade das exportações agrícolas brasileiras. O país estava à procura de mais, e não

de menos globalização, seu maior objetivo era um mercado global livre no setor das matérias-primas agrícolas.

Quem no Brasil se beneficiaria do fim dos subsídios agrícolas do Norte? Maior benefício seria, acima de tudo, para os barões da soja e outros exportadores agroindustriais gigantes que dominam a agricultura brasileira.

E quem são esses barões e exportadores? Um estudo sobre a economia brasileira revelou a existência de interesses no agronegócio do Brasil que incluem capitalistas nacionais e grandes senhores de terras, entre estes, poderosas empresas transnacionais do agronegócio global, as quais, nas suas propriedades e estruturas de investimento conjunto, reúnem investidores individuais e institucionais de todo o mundo, tais como a Monsanto, a ADM, a Cargill e muitos outros. Ou seja, as exportações agrícolas “brasileiras” são na verdade exportações agrícolas de capital transnacional. Neste âmbito, a adoção de uma estrutura de análise centralizada no Estado-nação faz com que este pareça um conflito nacional brasileiro contra os poderosos países do Norte.

Se o Brasil ganhasse esta causa, estaria promovendo ainda mais a globalização capitalista para o benefício dos interesses do capital transnacional (Na verdade, o país instaurou um processo na OMC contra os subsídios agrícolas dos EUA e contra os subsídios ao açúcar da EU e o caso foi decidido em seu favor. Isto pressupõe que a própria OMC, mais do que um instrumento do “imperialismo” dos EUA ou da Europa, é também um órgão manipulável para este Estado transnacional).

Assim, o aparente conflito internacional pela hegemonia global ou conflito do Sul contra o Norte é na verdade uma luta de capitalistas transnacionais e elites emergentes de fora do contexto trilateral e transatlântico habitual, para aceder à elite global e exercer alguma influência na tomada de decisões políticas globais, na gestão de crises internacionais e participar da reestruturação global em curso. A estratégia econômica nacional dos BRICS está estruturada para a integração global. Nesta ótica, o nacionalismo virou estratégia para a conquista de espaço na ordem capitalista global em parceria com o capital transnacional externo.

De modo geral, os que postulam o aumento de conflitos internacionais entre países centrais tradicionais e potências emergentes do antigo Terceiro Mundo muitas vezes apontam para a China e para seu alegado conflito pela influência mundial com os Estados Unidos.

Contudo, a análise geopolítica como análise conjuntural deve ser baseada na análise estrutural. As políticas da China (incluídas as políticas dos BRICS), têm como objetivo fundamental a integração nas cadeias globais de produção, em parcerias com o capital transnacional. Em 2005, o capital do investimento estrangeiro direto no PIB da China era de 36%, comparado com 1,5% no Japão e 5% na Índia, com metade das suas exportações e um terço da sua produção industrial provenientes de corporações transnacionais. Ademais, empresas chinesas gigantes, desde empresas do setor petrolífero, produtos químicos, automóveis, empresas eletrônicas, telecomunicações e empresas financeiras, têm associações com empresas transnacionais de todo o mundo, na forma de fusões e aquisições ou na forma de produção compartilhada, investimentos cruzados, *joint ventures*, subcontratação e assim por diante, tanto na China como em todo o mundo.

Por exemplo, na China, até 2008, 80% dos grandes supermercados já se tinham fundido com empresas estrangeiras. Simplesmente não existe nenhuma prova de forte rivalidade “chinesa” contra empresas dos “EUA” ou contra outras empresas “ocidentais” sobre o controle internacional. Pelo contrário, a situação é mais de concorrência entre grupos transnacionais, conforme referimos anteriormente, e isso inclui empresas chinesas.

O fato de empresas chinesas terem acesso assegurado às empresas estatais chinesas mais do que outras empresas não se reverte no conflito postulado por analistas, porquanto essas outras companhias estão integradas em redes capitalistas transnacionais e acedem ao estado chinês em nome do conjunto de interesses dos grupos onde estão inseridos. Os mesmos analistas apontam igualmente para o aumento do déficit comercial nos EUA e um acúmulo de reservas internacionais inverso por parte da China e consideram que ambos estados estão empenhados numa concorrência pela hegemonia internacional.

Mas não é possível entender a dinâmica comercial EUA-China sem referir que entre 40 e 70% do comércio mundial no início do século XXI foram essencialmente entre empresas ou associativos, e que cerca de 40% das exportações chinesas foram provenientes de empresas transnacionais sediadas no país, enquanto a maior parte dos restantes 60% correspondia a formas associativas envolvendo investidores chineses e transnacionais.

Estas relações sociais e de classe transnacional se escodem por detrás de informações dos Estados-nação. Só se nos concentrarmos na produção, nas estruturas de propriedade e nas relações sociais e classes por detrás dos dados comerciais do Estado-nação é que teremos melhor explicação para as causas globais da dinâmica política e econômica.

Atualmente, a divisão internacional do trabalho caracterizada pela concentração de finanças, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento em países centrais tradicionais e a concentração de salários baixos (bem como de matérias-primas) nos países periféricos tradicionais está dando lugar a uma divisão global do trabalho na qual as atividades produtivas tanto dos países centrais como dos periféricos são dispersas dentro e entre os países. Contrariamente às expectativas das teorias Estado-Nação-Centralizado, as empresas transnacionais tradicionalmente originárias de países centrais já não baseiam suas operações de pesquisa e desenvolvimento apenas nos seus países de origem. Em 2005, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), dedicou seu Relatório Anual de Investimentos à rápida internacionalização da P&D por parte das corporações transnacionais. Por exemplo, a Applied Materials, uma empresa de tecnologia solar sediada na Califórnia, manda componentes para painéis solares para as suas fábricas em todo o mundo, onde depois são montados e distribuídos para venda em mercados finais distintos. Em 2009, esta empresa decidiu abrir um grande centro de P&D do tamanho de dez campos de futebol na China Ocidental, onde emprega cerca de 400 engenheiros.

Além disso, muitas empresas que anteriormente produziam nos países centrais tradicionais estão hoje investindo em novas instalações nas “economias emergentes”, para poderem aceder a novos mercados locais em expansão. Isto não significa a ausência

de tensões em fóruns internacionais. Na verdade estes fóruns são altamente antidemocráticos e dominados pelas antigas potências coloniais como resíduo político da era colonial.

Mas essas tensões políticas internacionais, e por vezes geopolíticas, não representam contradições estruturais subjacentes entre grupos capitalistas rivais nacionais ou regionais e blocos econômicos, sobretudo porque a integração transnacional destas economias nacionais e seus grupos capitalistas criou interesses comuns, numa economia global em expansão. E para além disso, conforme já assinalado, os grupos capitalistas desses países fazem parte de grupos transnacionais em concorrência uns com os outros.

Desse modo, a junção inseparável de capitais em nível global, por meio de fluxos financeiros, prejudica a base material para o desenvolvimento de grupos capitalistas nacionais poderosos, contra a economia capitalista mundial e contra a classe capitalista transnacional. Atualmente, conflitos interestatais são mais prováveis entre os centros do poder militar do sistema global e os estados onde elites orientadas nacionalmente ainda exercem controle suficiente a ponto de impedir a integração do seu país em circuitos capitalistas globais. Este é o caso do Iraque, antes de invasão dos EUA em 2003, ou da Coreia do Norte, ou de outros países onde classes subalternas exercem maior influência sobre o Estado resultando em políticas estatais que ameaçam interesses capitalistas globais, a exemplo da Venezuela e outros países sul-americanos que se tornaram países de esquerda, no início do século XXI.

Deixar de lado a análise Estado-nação-central não significa abandonar por completo a análise de processos de nível nacional e fenômenos ou dinâmicas interestatais, nem significa vermos o capitalismo transnacional como o contexto histórico-mundial no qual ele se desenrola.

Não é possível entender uma sociedade global sem estudar uma região concreta e suas características particulares – uma parte de um todo, na sua relação com o todo.

A globalização é caracterizada por contingentes a ela relacionados e por transformações desiguais. Evocar a globalização como explicação das mudanças históricas e dinâmicas contemporâneas não significa que acontecimentos particulares ou

alterações identificadas com o processo estão acontecendo em todo o mundo, e muito menos, da mesma forma, não significa que esses acontecimentos ou mudanças são vistas como consequência das estruturas sociais ou das relações de poder globalizadas.

À medida que cada país transforma suas instituições e relações sociais, entra num processo condicionado pela sua própria história e cultura. Assim, o desenvolvimento desigual determina o ritmo e a natureza da inserção local na economia global.

Portanto, a solução é sua relação com o sistema transnacional e a dialética entre o global e o local. Histórias nacionais e regionais distintas e diferentes configurações de forças sociais, conforme evoluídas ao longo da história, evidenciam que cada país e região passa e vive uma experiência distinta no âmbito da globalização.

Tradução: Boaventura Monjane